

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



LOGÍSTICA

NSCA 400-1

**SISTEMA DE DESPACHO ADUANEIRO DA
AERONÁUTICA**

2010

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPÓSITO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO**



LOGÍSTICA

NSCA 400-1

**SISTEMA DE DESPACHO ADUANEIRO DA
AERONÁUTICA**

2010



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DE APOIO

PORTARIA COMGAP Nº 18/3EM, DE 6 DE ABRIL DE 2010.

Aprova a reedição da norma que rege o funcionamento do Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica.

O COMANDANTE-GERAL DE APOIO, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regulamento do Comando-Geral de Apoio, aprovado pela Portaria nº 319/GC3, de 16 de março de 2005, e de acordo com o disposto no item 3.3 da ICA 700-1 “Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica”, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da NSCA 400-1 “Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria COMGAP nº 29/3EM, de 31 de março de 2006, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 67, de 7 de abril de 2006.

Ten Brig Ar ANTONIO GOMES LEITE FILHO
Comandante do COMGAP

(Publicado no BCA nº 067, de 12 de abril de 2010.)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1 <u>FINALIDADE</u>	9
1.2 <u>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</u>	9
1.3 <u>SIGLAS E ABREVIATURAS</u>	9
1.4 <u>CONCEITUAÇÃO</u>	9
1.5 <u>ÂMBITO</u>	11
2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	12
2.1 <u>NÍVEL DIREÇÃO</u>	12
2.2 <u>NÍVEL EXECUÇÃO</u>	12
3 ATRIBUIÇÕES	14
3.1 <u>DO ÓRGÃO DE DIREÇÃO</u>	14
3.2 <u>DOS ÓRGÃOS PERMANENTES</u>	14
3.3 <u>DOS ÓRGÃOS EVENTUAIS</u>	17
4 DISPOSIÇÕES GERAIS	19
5 DISPOSIÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21
Anexo A - Pré-Alerta – Modelo	22
Anexo B - Instrução Normativa SRF nº 59, de 3 de julho de 1997	23
Anexo C - Instrução Normativa SRF nº 74, de 29 de setembro de 1997	25
Anexo D - Modelo de Invoice	26
Anexo E - Ato Declaratório SRF nº 37, de 25 de junho de 1997	27
ÍNDICE	29

PREFÁCIO

Todo o material de emprego militar do Comando da Aeronáutica (COMAER), desembarçado no País ou remetido ao exterior, recebe tratamento diferenciado, obedecendo à legislação aduaneira pertinente.

Para que esses procedimentos sejam realizados de forma eficiente e oportuna, a Força Aérea Brasileira dispõe de uma estrutura própria, em funcionamento há vários anos.

O Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro é a Organização do Comando da Aeronáutica responsável pela atividade de despacho aduaneiro do material de emprego militar do COMAER, conforme estabelecido no item 2 do Decreto nº 4.881 de 29 de outubro de 1942, estando cadastrado junto à Coordenação-Geral do Sistema Aduaneiro – COANA – da Receita Federal do Brasil.

Esse serviço teve seu início na década de oitenta, na Seção de Desembarço Alfandegário da Divisão de Suprimento da então Diretoria de Material da Aeronáutica, sendo o DARJ, responsável pelo armazém alfandegado.

Em 1º de janeiro de 1997, o módulo de importação do SISCOMEX veio modificar o processo manual anteriormente utilizado, propondo-se a agilizar os trâmites necessários, tanto para o importador e seus prepostos, como para os Órgãos governamentais nele envolvidos.

Ciente da complexidade dessa atividade, o COMAER determinou a implantação do SISDAER (Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica), com a finalidade de organizar, disciplinar, coordenar e controlar os processos relativos aos despachos aduaneiros, em consonância com as políticas estabelecidas pelo Governo Federal, a fim de atender a todas as Organizações do Comando da Aeronáutica.

É fundamental que todos os órgãos envolvidos atuem de forma coordenada, de modo que haja um efetivo controle do saldo dos diversos Registros de Operação Financeira (ROF) e/ou Contratos de Câmbio, celebrados para cada um dos financiamentos externos assinados e em execução, evitando erros que poderão tornar-se fatores impeditivos dos despachos aduaneiros de aquisições feitas no exterior e da liberação de recursos financeiros para as Unidades Gestoras (UG) do COMAER, sediadas fora do país.

Assim sendo, visando a disciplinar tal atividade de relevância para o COMAER, foi estabelecida a presente norma que trata da estrutura e do funcionamento do SISDAER, bem como as atribuições e competências de cada elo constitutivo.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Orientar o funcionamento do Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica (SISDAER), estabelecer e definir os Elementos Constitutivos e os Elos do Sistema, bem como atribuir-lhes as devidas competências e responsabilidades.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Portaria nº 145/GC3, de 11 de março de 2010 – “Reformula o Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica”.

1.3 SIGLAS E ABREVIATURAS:

- | | |
|--------------|---------------------------------------------------------|
| a) BACEN | - Banco Central do Brasil; |
| b) COMREC | - Comissão de Recebimento de Material ou Serviços; |
| c) DI | - Declaração de Importação; |
| d) DSI | - Declaração Simplificada de Importação; |
| e) IN | - Instrução Normativa; |
| f) INCOTERMS | - Termos Internacionais de Comércio; |
| g) INVOICE | - Nota Fiscal / Fatura; |
| h) RE | - Registro de Exportação; |
| i) RFB | - Receita Federal do Brasil; |
| j) ROF | - Registro de Operação Financeira; |
| k) SEFA | - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica; |
| l) SISCOMEX | - Sistema Integrado de Comércio Exterior; |
| m) SISMA | - Sistema de Material Aeronáutico; |
| n) SISMAB | - Sistema de Material Bélico do Comando da Aeronáutica; |
| o) SRF | - Secretaria da receita Federal |
| p) UG | - Unidade Gestora. |

1.4 CONCEITUAÇÃO

Os termos e expressões empregados nesta publicação têm seu significado consagrado no vernáculo, no MCA 10-4 “Glossário da Aeronáutica”, no MCA 10-3 “Manual de Abreviaturas, Siglas e Símbolos da Aeronáutica” ou conforme explicitado a seguir:

1.4.1 ADMISSÃO TEMPORÁRIA

Ato de importar material, de interesse do COMAER, em caráter excepcional e temporário. Utiliza-se essa modalidade de importação nos casos de testes ou avaliação de amostras de equipamentos ou materiais.

1.4.2 BACEN

Órgão do Governo Federal, responsável por fornecer e controlar, através de sistema informatizado próprio, os contratos cambiais.

1.4.3 CONTRATO DE CÂMBIO

Instrumento próprio, firmado entre o vendedor e o comprador de moedas estrangeiras, no qual se registram todas as características da operação, bem como as condições pactuadas entre as partes.

1.4.4 ELOS

Órgãos responsáveis pelo cumprimento das normas que permitem a realização do despacho aduaneiro correspondente ao SISDAER. Podem ser organizações ou Setores de Organizações.

1.4.5 EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA

Regime de exportação no qual o material é remetido ao exterior para teste, calibração, reparo ou garantia, podendo ou não retornar ao Brasil, após avaliação da respectiva empresa. Sendo o material devolvido ao país, deverá ser feita a declaração simplificada de importação (DSI) onde deverá constar o número do processo da exportação temporária a fim de encerramento junto à SRF. Caso o material seja condenado pela empresa, e após consulta à OM recolhedora, a CAB ou a própria empresa deverá emitir o laudo ou uma declaração informando que o material não mais retornará ao Brasil por não atender às necessidades do COMAER.

1.4.6 FATURA COMERCIAL / INVOICE

Documento que acompanha o material e consolida as informações sobre a negociação. Identifica, ainda, o exportador, o importador, a mercadoria, o preço e a quantidade, conforme indicado no Anexo D.

1.4.7 GERENTE DE PROJETO OU CONTRATO

Agente da Administração, designado para esse fim, responsável por todas as ações gerenciais de um Projeto, com atribuições definidas por autoridade competente, conforme RCA 12-1, de 1º de janeiro de 2005 (RADA).

1.4.8 INCOTERMS

“International Commercial Terms” são termos utilizados pela Câmara Internacional de Comércio para estabelecer custos e responsabilidades sobre um bem quando o mesmo é transferido do vendedor para o comprador por meio de uma operação de exportação/importação.

1.4.9 MODALIDADE CAMBIAL

É o tratamento dado a toda e qualquer operação financeira realizada com moeda estrangeira para compra de bens e serviços.

1.4.10 ÓRGÃO CENTRAL

Órgão responsável por todas as ações necessárias para o despacho aduaneiro, a supervisão técnica e a fiscalização específica do funcionamento do Sistema.

1.4.11 ROF

Registro de Operação Financeira emitido pelo Banco Central para controle de câmbio, fornecido às UG pela SEFA, necessário para todas as operações com prazo superior a 360 dias, devendo ser aprovado previamente ao registro da Declaração de Importação.

1.4.12 SISTEMA

Conjunto de órgãos ou elementos de uma organização que tem por finalidade realizar uma tarefa de apoio em proveito da missão principal do COMAER. A vinculação desses órgãos ou elementos entre si ocorre por interesse de coordenação e orientação técnica e normativa, não implicando em subordinação hierárquica.

1.5 ÂMBITO

Esta Norma aplica-se, compulsoriamente, a todos os Órgãos e Elos do SISDAER.

2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para que o Sistema de Despacho Aduaneiro da Aeronáutica cumpra eficientemente suas diversificadas tarefas e atividades, é imperativa a existência de uma estrutura que funcione com rapidez, objetividade e produtividade.

Com fulcro no capítulo 3 da ICA 700-1/2006 - Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica, o SISDAER possui dois níveis: o de Direção e o de Execução.

2.1 NÍVEL DIREÇÃO

O Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG), constitui o Órgão de Direção do Sistema. Neste nível estão as atividades de aprovação de planos, programas, normas e instruções elaboradas pelo Órgão Central, necessárias ao funcionamento do Sistema.

2.2 NÍVEL EXECUÇÃO

Neste nível estão as atividades de atualização da documentação inerente ao sistema, planejamento, coordenação, controle da execução e a execução propriamente dita, acometidas tanto ao Órgão Central do Sistema quanto às unidades descentralizadas, embora em graus de responsabilidade diversos.

Os Órgãos do nível execução, elos executivos do Sistema, são divididos em Permanentes e Eventuais.

2.2.1 ÓRGÃOS PERMANENTES:

Os Órgãos Permanentes subdividem-se em Órgão Central e Órgãos Descentralizados Executivos:

2.2.1.1 Órgão Central

O Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro (DARJ) constitui o Órgão Central Permanente do SISDAER, é o responsável pelo desempenho das atividades de orientação, planejamento, coordenação, fiscalização, planejamento, elaboração de normas e planos, e do fiel cumprimento das leis que regem o sistema, desempenhando cumulativamente atribuições dos demais órgãos descentralizados executivos.

2.2.1.2 Órgãos Descentralizados Executivos

Constituem Órgãos Descentralizados Executivos:

- a) a SEFA;
- b) as Bases Aéreas Alfandegadas citadas no Ato Declaratório SRF 37 de 25/06/1997, Anexo E;
- c) as Comissões Aeronáuticas Brasileiras no Exterior; e
- d) as Seções de Despacho Aduaneiro, cadastradas na SEFA e ativadas pelo Comandante, Diretor ou Chefe para realização de despacho aduaneiro regular.

2.2.2 ÓRGÃOS EVENTUAIS:

São as organizações que, eventualmente, realizam serviços de despacho aduaneiro, desde que autorizadas pelo Órgão Central.

Estão enquadrados os Gerentes de Projetos e/ou de Contratos, nos assuntos de suas competências.

3 ATRIBUIÇÕES

3.1 DO ÓRGÃO DE DIREÇÃO

Ao CELOG compete:

- a) analisar e aprovar as propostas orçamentárias para os programas plurianuais, necessários ao desempenho das atividades afins;
- b) analisar e aprovar as normas e planos elaborados pelo Órgão Central do Sistema; e
- c) informar ao Órgão Central do Sistema – DARJ – a programação de missões de apoio logístico para o exterior.

3.2 DOS ÓRGÃOS PERMANENTES

3.2.1 DO ÓRGÃO CENTRAL

Ao DARJ compete:

- a) dirigir, coordenar, controlar e supervisionar todas as atividades do sistema junto às Organizações envolvidas;
- b) fiscalizar, de forma sistêmica, o desempenho dos Órgãos Executivos, através de inspeções periódicas ou eventuais, com vistas a avaliar o seu nível de confiabilidade, desempenho e capacidade técnica;
- c) manter estreito relacionamento com as Organizações congêneres das demais Forças Armadas, bem como com as Instituições similares externas ao COMAER, com objetivo de acompanhar a evolução dos processos e métodos na área de despacho aduaneiro;
- d) manter a programação de missões de apoio logístico para o exterior;
- e) cumprir de forma direta ou mediante contrato ou convênio, as atividades de despacho aduaneiro – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO;
- f) manter atualizadas as coletâneas de documentos técnicos, assim como os diversos textos legais pertinentes ao Sistema;
- g) desembaraçar o material tomando por base as informações contidas nos pré-alertas recebidos das CAB e dos Gerentes de Projetos e/ou Contratos, principalmente no tocante à cobertura cambial;
- h) solicitar à SEFA o número dos contratos de câmbio que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais oriundos do exterior, que forem adquiridos com custeio realizado com recursos do Tesouro Nacional (quaisquer gestões e fontes) e não sejam objeto de financiamento;
- i) solicitar à SEFA o número dos ROF que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais adquiridos no exterior com recursos custeados por financiamento;
- j) providenciar o desembaraço alfandegário de todo o material remetido ao exterior, desde que esteja devidamente autorizado pelas Comissões, realizando a conferência de toda a documentação, devidamente organizada

- sob a forma de Processo Administrativo de Gestão, bem como informando os prazos das exportações temporárias às Comissões e os números dos RE;
- k) registrar a Declaração de Importação (DI) observando a natureza sigilosa do material e principalmente a sua modalidade cambial;
 - l) autorizar e apoiar a realização do despacho aduaneiro das Organizações do COMAER;
 - m) propor e controlar a capacitação do pessoal dos Órgãos envolvidos, divulgando e ministrando os cursos pertinentes ao SISDAER;
 - n) propor ao Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA) a inclusão no programa de cursos e ou seminários dos assuntos afetos aos procedimentos sobre despacho aduaneiro;
 - o) coordenar o planejamento e elaboração das propostas para os programas plurianuais, necessários ao desempenho das atividades de despacho aduaneiro, no âmbito do COMAER; e
 - p) emitir, distribuir e atualizar as normas e documentações afetas ao sistema; devidamente aprovadas pelo órgão Diretor.

3.2.2 DOS ÓRGÃOS DESCENTRALIZADOS EXECUTIVOS:

3.2.2.1 À Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica compete:

- a) informar ao DARJ, aos Gerentes de Projetos e/ou COMREC/Fiscal de Contrato, ou às Organizações responsáveis pelo despacho aduaneiro, após solicitação dos mesmos, o número dos contratos de câmbio que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais adquiridos no exterior, com custeio realizado com recursos do tesouro nacional (quaisquer gestões e fontes);
- b) fornecer ao DARJ, aos Gerentes de Projetos e/ou COMREC/Fiscal de Contrato, ou às Organizações responsáveis pelo despacho aduaneiro, após solicitação dos mesmos, o número dos ROF que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais adquiridos no exterior com recursos custeado por financiamento;
- c) cadastrar os militares e civis das Organizações responsáveis pelo despacho aduaneiro junto à Receita Federal; e
- d) registrar no Sistema do Banco Central os esquemas de pagamento originados das declarações de importação.

3.2.2.2 Às Bases Aéreas Alfandegadas compete:

Comunicar ao Chefe da Unidade Aduaneira Jurisdicionante, com antecedência mínima de 24 horas, a chegada de aeronave militar proveniente do exterior, que esteja transportando material de uso aeronáutico.

Obs.: Caso a autoridade fiscal não compareça à Base Militar Alfandegada no prazo de até uma hora após o horário previsto para a chegada da aeronave, o comandante da aeronave poderá proceder a descarga dos materiais, independentemente da formalização da visita

aduaneira, sem prejuízo da posterior apresentação dos documentos exigidos pela SRF, conforme Instrução Normativa da SRF n.º 59, de 3 de julho de 1997, Anexo B.

3.2.2.3 Às CAB compete:

- a) cumprir as normas emitidas pelo Órgão Central, bem como as pertinentes aos demais Sistemas em vigor no COMAER;
- b) remeter todo o material adquirido e informar ao responsável pelo despacho aduaneiro do COMAER, o número do contrato comercial e respectivas invoices, relativos ao embarque, quando for o caso;
- c) providenciar o recebimento e o despacho aduaneiro do material no exterior, por meios próprios ou por agente de carga contratado;
- d) providenciar a remessa de pré-alerta ao DARJ ou a outro Órgão que esteja responsável pelo despacho aduaneiro do material, contendo todas as informações necessárias à emissão das Declarações de Importação (DI), usando como base o Anexo A;
- e) informar ao DARJ e à OM que recolherá o material, através do SILOMS, a autorização para remessa do material ao exterior para reparo;
- f) acompanhar, as requisições que forem objetos de exportação temporária, conforme informação do DARJ, observando e cumprido os prazos previstos;
- g) controlar os processos de exportação temporária recebidos no exterior, a fim de que cada recolhimento volte com conhecimento de carga separado e dentro do prazo previsto; e
- h) informar ao DARJ quando da remessa de material, referente as requisições que forem objeto de exportação temporária.

3.2.2.4 Às Seções de Despacho Aduaneiro, quando ativadas, compete:

- a) cumprir as normas emitidas pelo Órgão Central, bem como as pertinentes aos demais Sistemas em vigor no COMAER;
- b) cumprir de forma direta ou mediante contrato ou convênio, as atividades de despacho aduaneiro – IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – segundo as normas elaboradas pelo Órgão Central do Sistema;
- c) cumprir as normas emitidas pelo Órgão Central, bem como as pertinentes aos demais Sistemas em vigor no COMAER;
- d) manter atualizadas as coletâneas de documentos técnicos elaborados pelo Órgão Central e pela SRF, assim como dos diversos textos legais pertinentes ao Sistema;
- e) desembaraçar o material tomando por base as informações contidas nos pré-alertas recebidos das CAB e dos Gerentes de Projetos e/ou Contratos, principalmente no tocante à cobertura cambial;
- f) solicitar à SEFA o número dos contratos de câmbio que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais oriundos do exterior, que forem

- adquiridos com custeio realizado com recursos do Tesouro Nacional (quaisquer gestões e fontes) e não sejam objeto de financiamento;
- g) solicitar à SEFA o número dos ROF que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais adquiridos no exterior com recursos custeados por financiamento;
 - h) solicitar à SEFA/SUFIN-1 o número do contrato de câmbio e informar os valores totais dos materiais que serão desembaraçados com cobertura cambial vinculada ao contrato de câmbio;
 - i) solicitar à SEFA/SUFIN-3 o número do ROF relativo ao embarque, quando for o caso;
 - j) providenciar o desembaraço alfandegário de todo o material remetido ao exterior, desde que esteja devidamente autorizado pelas Comissões, realizando a conferência de toda a documentação, bem como informando os prazos das exportações temporárias às Comissões e os números dos RE;
 - k) informar e remeter à CAB, em caso de exportação temporária, com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação à data de embarque da carga, o dia da remessa ao exterior, cópia do AWB, cópia dos “invoices” e do manifesto de carga, bem como o processo da SRF relativo àquela remessa;
 - l) controlar os processos de exportação temporária de maneira que, caso necessário, seja solicitada prorrogação do prazo de exportação junto à SRF;
 - m) registrar a Declaração de Importação (DI) observando a natureza sigilosa do material e principalmente a sua modalidade cambial;
 - n) solicitar ao Órgão Central estágios e/ou cursos de aprimoramento técnico profissional para os integrantes dos setores de Despacho Aduaneiro, sempre que julgado necessário; e
 - o) propor ao Órgão Central sugestões que visem o aprimoramento técnico do Sistema.

3.3 DOS ÓRGÃOS EVENTUAIS

Cumprir todas as atribuições previstas aos Órgãos Permanentes que lhe forem pertinentes, com a orientação do DARJ.

Os Gerentes de Projetos e COMREC/Fiscal de Contrato deverão cumprir, compulsoriamente, as atribuições listadas abaixo, no caso dos materiais não tramitarem pelas Comissões:

- a) solicitar à SEFA o número dos ROF que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais adquiridos no exterior com recursos custeados por financiamento;
- b) solicitar à SEFA o número dos contratos de câmbio que serão utilizados no desembaraço alfandegário dos materiais oriundos do exterior, que forem adquiridos com custeio realizado com recursos do Tesouro Nacional (quaisquer gestões e fontes) e não sejam objeto de financiamento;

- c) providenciar a remessa de pré-alerta ao DARJ ou a outro Órgão que esteja responsável pelo despacho aduaneiro, contendo todas as informações necessárias à emissão das Declarações de Importação (DI), usando como base o Anexo A; e
- d) cumprir as normas emitidas pelo Órgão Central, bem como as pertinentes aos demais Sistemas em vigor no COMAER.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As leis, decretos e instruções normativas relacionadas na Seção “Referências” desta Norma, deverão integrar o acervo do setor responsável pelo despacho aduaneiro de todas as Organizações Militares afins, visando à eficiência e à conformidade desse serviço.

4.2 Para fins de consulta por parte dos usuários desta NSCA, as publicações citadas na Bibliografia, com exceção das Instruções Normativas nº 59 e 74, anexas, poderão ser obtidas através do “site” www.receita.fazenda.gov.br.

4.3 Por determinação da Secretaria da Receita Federal, os processos de despacho aduaneiro deverão ser mantidos arquivados durante cinco anos nas respectivas UG.

4.4 As Organizações envolvidas com o SISDAER deverão implantar um setor que seja o elo com o DARJ - Órgão Central do Sistema - bem como o responsável por todas as atribuições definidas nesta norma, na esfera de sua competência.

4.5 Quando das aquisições de materiais ou serviços pelo COMAER no exterior, caberá a cada UG competências específicas em cada modalidade cambial, para o custeio.

4.6 O DARJ ou a UG responsável pelo despacho aduaneiro, deverá utilizar o código 40 (material de uso sigiloso), nas importações de materiais aeronáutico e bélico de aplicação nas frotas de aeronaves, materiais de proteção ao voo e demais materiais que contribuam para o cumprimento da atividade operacional da Força Aérea Brasileira.

4.7 Sempre que possível, na remessa de material ao Brasil, pelo modal marítimo, enviar a carga para o Porto de Sepetiba. Tal procedimento evitará o pagamento de taxas vultosas de armazenagem junto aos terminais dos demais portos.

4.8 Durante as negociações dos contratos comerciais no exterior, as Organizações Militares responsáveis deverão consultar a UG encarregada pelo despacho aduaneiro e Órgão Central do SISDAER, a fim de obter orientações quanto à melhor modalidade de frete e seguro (INCOTERMS) a ser utilizada, bem como providenciar para que as *invoices*, emitidas em cumprimento aos contratos sigam o previsto no modelo constante do Anexo D, desta Norma.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A presente Norma entrará em vigor na data de sua publicação, tendo sido elaborada em consonância com as Normas e Instruções vigentes.

5.2 Os casos não previstos nesta Norma serão submetidos à apreciação do Comandante-Geral-de-Apoio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 4.731, de 14 de julho de 1965. Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular as importações realizadas pelos Comandos Militares.

BRASIL. Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990. Isenta do pagamento de II e IPI as importações realizadas pelos Comandos Militares.

BRASIL. IN da SRF nº 70. Dispõe sobre o acesso ao SISCOMEX. Diário Oficial da União de 11 dez.1996.

BRASIL. IN da SRF nº 59. Dispõe sobre o controle aduaneiro de mercadorias estrangeiras e de bagagem transportadas em veículos militares. Diário Oficial da União de 03 jul. 1997.

BRASIL. IN da SRF nº 74. Disciplina o despacho aduaneiro de importação de material de emprego militar Diário Oficial da União de 29 set. 1997.

BRASIL. IN da SRF nº 206. Disciplina o despacho aduaneiro de importação. Diário Oficial da União de 25 set. 2002.

BRASIL. Ato Declaratório nº 37 de 25 jun. 1997. Estabelece o alfandegamento das Bases Aéreas a título extraordinário e em caráter precário.

Anexo A - Pré-Alerta – Modelo

Para: Depósito de Aeronáutica do Rio de Janeiro – DARJ Fone: 3865-2356
A/C: Chefe da Subdivisão de Desembaraço Alfandegário.

Informo a V.Sa., para fins de realização de desembaraço alfandegário, que está previsto embarque de material consignado ao COMAER, cujos dados encontram-se abaixo relacionados.

Referência: MA-000065/05

Destino: Rio de Janeiro

HAWB: VTR/023556908

MAWB: 043 1836 5272

Cia. Aérea: VARIG

Prev. Chegada: 22/12/2004

Contrato Comercial: 017/COMGAP/2004

Contrato de Financiamento: (Se houver) HSBC

Número do ROF: (Se for financiamento) TA 9892828

Percentual do valor da *invoice* coberto pelo ROF: 85%

Número do Contrato de Câmbio: 121318

Percentual do valor da *invoice* coberto pelo Contrato de Câmbio: 15%

Informo a V.Sa. que a documentação encontra-se liberada e livre de taxas pelo agente embarcador.

Atenciosamente,

Chefe da CAB ou Gerente do Projeto F-5BR ou Gerente do Contrato 001/COMGAP/2001

Anexo B - Instrução Normativa SRF nº 59, de 3 de julho de 1997

DOU de 04/07/1997, pág. 14107.

Dispõe sobre o controle aduaneiro de mercadorias estrangeiras e de bagagens transportadas em veículos militares.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, considerando o disposto nos arts. 7º inciso I, 5º, 75 e 76 do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1985, e nos arts. 12, 13, 14 e 26 da Portaria nº 39, de 3 de fevereiro de 1995, alterada pela Portaria nº 141, de 12 de abril de 1995, do Ministro da Fazenda, resolve:

Art. 1º O controle aduaneiro dos veículos militares procedentes do exterior, que transportem bens de origem estrangeira, será efetuado na base militar alfandegada onde ocorrer a descarga dos bens e o desembarque dos militares.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo anterior, o comandante da base militar deverá comunicar a chegada do veículo procedente do exterior, ao chefe da unidade aduaneira jurisdicionante, com antecedência de 24 horas.

§ 1º Por ocasião da visita aduaneira, o comandante do veículo deverá apresentar à autoridade fiscal:

- I - relação especificando os bens adquiridos no exterior, destinados às organizações militares, e o nome do respectivo importador ou consignatário;
- II - relação dos bens adquiridos no exterior pelos militares embarcados, a título de bagagem acompanhada; e
- III - declaração individual de bagagem acompanhada, relativa aos bens de que trata o inciso anterior.

§ 2º Se a autoridade fiscal não comparecer à base militar no prazo de até uma hora após o horário previsto para a chegada do veículo, comunicada nos termos deste artigo, o comandante do veículo poderá proceder à descarga dos bens, independentemente da formalização da visita aduaneira, sem prejuízo da posterior apresentação dos documentos referidos no parágrafo precedente.

§ 3º Caso o veículo não esteja transportando bens de origem estrangeira, seu comandante dará ciência desse fato ao comandante da base militar, que, nessa hipótese, ficará dispensado do cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 3º O comandante da base militar ficará incumbido da custódia das mercadorias e bagagens descarregadas dos veículos procedentes do exterior, bem como dos bens ingressados no País por outros locais alfandegados e transferidos para a base militar, sob controle aduaneiro, até o desembarço aduaneiro.

Art. 4º A bagagem do militar embarcado nos veículos referidos no art. 1º está isenta dos impostos incidentes na importação no que se refere a roupas, objetos de uso pessoal, livros e periódicos.

§ 1º A isenção referida no *caput* deste artigo estende-se aos bens adquiridos no exterior, integrantes da bagagem do militar desembarcado no País ao término de missão em veículo militar, cujo valor não exceda:

- I - US\$ 500.00 (quinhentos dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em outra moeda, quando o ingresso ocorrer por via aérea ou marítima; ou

Continuação do Anexo B - Instrução Normativa SRF nº 59, de 3 de julho de 1997

II - US\$ 150.00 (cento e cinquenta dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em outra moeda, quando o ingresso ocorrer por via terrestre, fluvial ou lacustre.

§ 2º O valor que exceder o limite de isenção indicado no parágrafo anterior estará sujeito ao pagamento do imposto de importação calculado à alíquota de cinquenta por cento.

§ 3º A isenção prevista neste artigo não poderá ser usufruída por mais de uma vez a cada doze meses, cabendo ao comandante do veículo prestar à autoridade aduaneira as informações para esse controle.

Art. 5º A bagagem do civil que viaje em veículo militar terá o mesmo tratamento tributário previsto nesta Instrução Normativa, inclusive no que respeita à frequência estabelecida no artigo anterior.

Art. 6º O despacho aduaneiro das mercadorias importadas e sob custódia do comando da base militar será efetuado em conformidade com os prazos e procedimentos estabelecidos em normas próprias.

Art. 7º O disposto nesta Instrução Normativa também se aplica à saída de veículo militar da Zona Franca de Manaus ou de Área de Livre Comércio, com destino a outro ponto do território nacional, relativamente aos bens adquiridos nessas áreas, observada a legislação específica aplicável.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o comandante do veículo deverá solicitar a presença da fiscalização aduaneira, com antecedência de doze horas.

Art. 8º A Coordenação-Geral do Sistema Aduaneiro - COANA expedirá atos próprios para execução do disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

EVERARDO MACIEL

Anexo C - Instrução Normativa SRF nº 74, de 29 de setembro de 1997

DOU de 23/10/1997, pág. 23929

Disciplina o despacho aduaneiro de importação de material de emprego militar.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 420 do Decreto nº 91.030, de 5 de março de 1.995, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.731, de 14 de julho de 1965, resolve:

Art. 1º O despacho aduaneiro de importação de material de emprego militar terá por base declaração formulada pelo órgão importador, no Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, observado o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 2º A declaração de importação de material de emprego militar será formulada, exclusivamente, nas importações promovidas por organização militar indicada pela autoridade competente do respectivo Ministério, para esse fim designada por seu titular, e habilitada pela Coordenação-Geral do Sistema Aduaneiro.

Art. 3º O importador habilitado nos termos do artigo anterior deverá informar, na declaração de importação, tratar-se de despacho aduaneiro de material de emprego militar, mediante a indicação do código de enquadramento legal correspondente, conforme tabela no SISCOMEX.

Art. 4º Deverão ser formuladas declarações distintas para material de "uso sigiloso" e de "uso não sigiloso", assim classificados por autoridade competente da respectiva Força Armada, especialmente designada pelo seu titular.

Parágrafo único. Tratando-se de material de uso sigiloso poderá ser utilizado, para identificação da mercadoria, o código do nível de subitem da respectiva posição tarifária (oito dígitos) correspondente a "outros", seguido da expressão "material de uso sigiloso", no campo destinado à descrição detalhada da mercadoria, dispensada a indicação da Nomenclatura de Valor e Estatística - NVE.

Art. 5º O registro da declaração caracteriza o início do despacho aduaneiro e poderá ser efetivado antes da chegada da mercadoria importada na unidade de despacho da Secretaria da Receita Federal.

Art. 6º A declaração de que trata este Ato será instruída exclusivamente com a via original do conhecimento de carga ou documento equivalente.

Parágrafo único. A fatura comercial será mantida sob a guarda do importador, à disposição da fiscalização aduaneira, pelo prazo de cinco anos, contado da data do desembaraço.

Art. 7º A declaração de importação referente a despacho aduaneiro de material de uso sigiloso, formulada nos termos desta Instrução Normativa, será direcionada para o canal verde de conferência aduaneira.

Art. 8º As mercadorias não classificadas como material de emprego militar, importada pela organização militar, serão submetidas a despacho aduaneiro segundo os procedimentos estabelecidos na Instrução Normativa nº 69, de 10 de dezembro de 1996.

Art. 9º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de novembro de 1997.

EVERARDO MACIEL

Anexo E - Ato Declaratório SRF 37/97, de 25 de junho de 1997

“Declara alfandegado, a título extraordinário e em caráter precário o recinto que menciona.”

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 7º, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 1.912, de 21 de maio de 1996, e tendo em vista o Ofício nº 1.671-AS-2.4, de 20 de junho de 1997, do Gabinete de Ministro do Ministério da Aeronáutica, declara:

1. As bases militares do Ministério da Aeronáutica, relacionadas a seguir, são consideradas alfandegadas a título extraordinário e em caráter precário:
 - I Base Aérea de Boa Vista (BABV)
BR 174 s/nº - Cauame
Boa Vista – RR
Jurisdição Fiscal: DRF/Boa Vista
Código: 2.60.34.01-8
 - II Base Aérea de Manaus (BAMN)
Rua Governador Danilo Areosa - Alameda Anesia Pinheiro Machado
Manaus – AM
Jurisdição Fiscal: ALF/Porto de Manaus
Código: 2.93.34.01-02
 - III Base Aérea de Porto Velho (BAPV)
Avenida Lauro Sodré s/nº
Porto Velho – RO
Jurisdição Fiscal: DRF/Porto Velho
Código: 2.50.34.01-4
 - IV Base Aérea de Belém (BABE)
Rodovia Arthur Bernardes s/nº - Val de Cans
Belém – PA
Jurisdição Fiscal: ALF/Porto de Belém
Código: 2.91.34.01.-3
 - V Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)
Avenida dos Libaneses nº29 – Aeroporto Tirirical
São Luís – MA
Jurisdição Fiscal: DRF/São Luis
Código: 3.20.34.01-6
 - VI Base Aérea de Recife (BARF)
Avenida Maria Irene s/nº - Jordão
Recife – PE
Jurisdição Fiscal: ALF/Porto de Recife
Código: 4.91.34.01-9
 - VII Base Aérea do Galeão (BAGL)
Estrada do Galeão s/nº - Ilha do Governador
Rio de Janeiro – RJ
Jurisdição Fiscal: ALF/Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro
Código 7.91.34.01-7

Continuação do Anexo E - Ato Declaratório SRF 37/97, de 25 de junho de 1997

- VIII Base Aérea de Brasília (BABR)
Área Militar do Aeroporto Internacional de Brasília
Brasília – DF
Jurisdição Fiscal: ALF/Aeroporto Internacional de Brasília
Código:1.91.34.01-0
- IX Base Aérea de Anápolis (BAAN)
BR 414, KM 4
Anápolis – GO
Jurisdição Fiscal: DRF/Goiânia
Código: 1.20.34.01-0
- X Base Aérea de Santos (BAST)
Avenida Presidente Castelo Branco s/nº
Guarujá – SP
Jurisdição Fiscal: ALF/Porto de Santos
Código:8.93.34.01-9
- XI Base Aérea de Canoas (BACO)
Rua Augusto Severo nº 1.700
Canoas – RS.
Jurisdição Fiscal: DRF/Porto Alegre
Código:0.10.34.01-4
2. As Bases Militares referidas no item anterior serão alfandegadas em caráter definitivo, após cumprimento dos seguintes requisitos:
- I destinação de recinto para a guarda de mercadorias e bagagens procedentes do exterior, que ofereça condições de segurança fiscal, especialmente no que concerne à preservação da integridade dos bens e ao controle de acesso de pessoas e veículos ao local;
- II destinação de área para uso exclusivo da Secretaria da Receita Federal – SRF,
- Que deverá conter:
- a instalações completas e mobiliadas;
- b linhas telefônicas instaladas nas dependências;
- c vagas privativas para veículos;
- d instalações e equipamentos interligados ao Sistema Integrado do Comercio Exterior – SISCOMEX; e
- e depósito de mercadorias apreendidas.
3. Para fins do disposto no item anterior, o chefe da unidade da SRF jurisdicionalmente determinará que se proceda à vistoria das bases relacionadas neste Ato e, uma vez verificado o efetivo cumprimento dos requisitos, expedirá Ato Declaratório complementar, tornando definitivo o alfandegamento.
4. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.

EVERARDO MACIEL

ÍNDICE

Anexos, A a E

Atribuições, 3

- do órgão de direção, 3.1
- dos órgãos eventuais, 3.3
- dos órgãos permanentes, 3.2
 - do órgão central, 3.2.1
 - dos órgãos descentralizados executivos, 3.2.2

Disposições finais, 5

Disposições gerais, 4

Disposições preliminares, 1

- âmbito, 1.5
- conceituação, 1.4
 - admissão temporária, 1.4.1
 - BACEN, 1.4.2
 - contrato de câmbio, 1.4.3
 - elos, 1.4.4
 - exportação temporária, 1.4.5
 - fatura comercial/Invoice, 1.4.6
 - gerente de projeto ou contrato, 1.4.7
 - INCOTERMS, 1.4.8
 - modalidade cambial, 1.4.9
 - órgão central, 1.4.10
 - ROF, 1.4.11
 - sistema, 1.4.12
- fundamentação legal, 1.2
- finalidade, 1.1
- siglas e abreviaturas, 1.3

Estrutura organizacional, 2

- nível direção, 2.1
- nível execução, 2.2
 - órgãos eventuais, 2.2.2
 - órgãos permanentes, 2.2.1

Referências